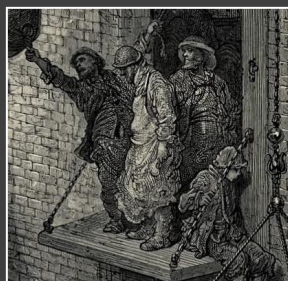


# AO REVÊS DA HISTÓRIA EM DOM CASMURRO E ESAÚ E JACÓ: TRÊS PONTOS SOBRE MACHADO DE ASSIS

## THE REVERSAL OF HISTORY IN DOM CASMURRO AND ESAÚ E JACÓ: THREE POINTS ABOUT MACHADO DE ASSIS

DOSSIÊ: O REALISMO E SUA ATUALIDADE

25 anos de Crítica Dialética na UnB



ORGANIZADORES:

Alexandre Pilati



Deane de Castro e Costa



Martín Ignacio Koval



**CERRADOS**  
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUAGEM

v. 34, n. 68, ago. 2025

Brasília, DF

ISSN 1982-9701



10.26512/cerrados.v34i68.57727

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submetido em: 31/03/2025

Aceito em: 13/05/2025

DISTRIBUÍDO SOB



Tiago Andrea Sottilli



UFRGS | [tiagosottilli@gmail.com](mailto:tiagosottilli@gmail.com)

### Resumo / Abstract

Este texto compõe as *considerações finais* da tese de doutoramento defendida em dezembro de 2019. Como o texto procura sistematizar as discussões da tese, bem como esclarecer alguns pontos mais ou menos desenvolvidos durante o decorrer de seu conteúdo, optamos por deixá-lo como lá se apresenta, para manter tanto os pontos fortes quanto os pontos fracos da elaboração; pensamos que isso não deve dificultar a leitura, pois o texto pretende esclarecer não só ao leitor as ideias, mas também ao próprio autor que as havia discutido durante a tese. É importante adiantar aqui que essa tese buscou compor uma discussão um tanto híbrida, lendo Machado de Assis sob o ponto de vista da fortuna crítica consolidada, e, na medida do possível, inserindo Lukács na leitura, o que não é inovador, porém ainda algo pouco comum para a crítica machadiana, embora as teses lukacsianas tenham ganhado força nos últimos anos no que diz respeito à obra de Machado de Assis. O resultado foi salutar, por assim dizer. Dentre as muitas contribuições da banca de arguição, uma delas foi bastante emblemática: a certa altura, um dos arguidores perguntou: Durante sua tese foi Lukács que arguiu Machado ou o contrário? Tal pergunta ainda continua sem resposta, contudo, ela (a pergunta) ilumina o esforço da tese, já que põe em pé de igualdade o romancista e o crítico, e, como ambos são grandes, a questão corrobora a necessidade de ampliação desse tipo de estudo.

**Palavras-chave:** literatura brasileira, Lukács, Machado de Assis.

This short text is the final considerations of the doctoral thesis defended in December 2019. Since the text seeks to systematize the discussions of the thesis, as well as clarify some points that were more or less developed during the course of its content, we chose to leave it as it is, in order to maintain both the strong and weak points of the elaboration; we believe that this should not make it difficult to read, since the text aims to clarify not only the ideas to the reader, but also to the author himself who had discussed them during the thesis. It is important to mention here that this thesis sought to compose a somewhat hybrid discussion, reading Machado de Assis from the point of view of the consolidated critical fortune, and, as far as possible, including Lukács in the reading, which is not innovative, but still something unusual for Machado's criticism, although Lukács's theses have gained strength in recent years with regard to Machado de Assis's work. The result was salutary, so to speak. Among the many contributions made by the panel of examiners, one was quite emblematic: at one point, one of the examiners asked: During his thesis, was it Lukács who questioned Machado or vice versa? This question still remains unanswered, but it sheds light on the effort of the thesis, since it places the novelist and the critic on an equal footing, and, since both are great, the question corroborates the need to expand this type of study.

**Keywords:** Brazilian literature, Lukács, Machado de Assis.

Realizamos, neste artigo, três discussões fundamentais a partir dos dois romances de Machado de Assis, *Dom Casmurro* (1899) e *Esaú e Jacó* (1904). Uma delas a respeito das questões *público e privado*, momento em que, embora nossa argumentação tenha caminhado para dizer que *Dom Casmurro* se refere ao ambiente privado, da *parentela*, e *Esaú e Jacó* ao ambiente público, procuramos demonstrar como, em cada uma delas, as duas dimensões se entrecruzam, formando um *par* conflitivo que diz respeito à formação do Estado e da cultura brasileira, e, por essa razão coexiste em ambos os romances, embora haja predominância do *privado* em *Dom Casmurro* e do *público* em *Esaú e Jacó*. Por isso nossa intenção nunca foi discutir somente um ou outro, e sim a relação que há entre os dois romances.

Nesse sentido, poderíamos entender que o ambiente privado diz respeito ao meio doméstico, com forte viés estamental e patriarcal, mediado por um sentido acentuado de *posse*, que no final das contas significa o grau econômico dessa formação. Por outro lado, como ambiente público, não nos resta outra opção senão classificá-lo segundo a formação do Estado brasileiro da forma que conhecemos hoje, ou pelo menos com fortes semelhanças. Isso, então, equivale a dizer que, de alguma forma, discutimos o ambiente familiar (presente nas duas obras) e o ambiente político, que aparece com mais força em *Esaú e Jacó*.

Identificamos em *Esaú e Jacó* forte tendência à dubiedade, que diz respeito ao seu entrelaçamento com a história nacional. Sérgio Buarque de Holanda identifica essa tendência como uma *frouxidão da estrutura social*, e acrescenta que

Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolência displicente das instituições e costumes. As iniciativas, mesmo quando se quiseram construtivas, foram continuamente no sentido de separar os homens, não de os unir. Os decretos dos governos nasceram em primeiro lugar da necessidade de se conterem e de se refrearem as paixões particulares momentâneas, só raras vezes da pretensão de se associarem permanentemente as forças ativas. (Holanda, 2014, p. 38).

Esses *elementos anárquicos* são razoavelmente comuns em *Esaú e Jacó*; embora, analisando a obra no detalhe, se nota que há uma trama muito bem calculada e amarrada, mas que não vem do tecido social da época, e sim da disposição do autor em dar lucidez a essa *frouxidão*, por assim dizer. O conselheiro Aires, pelo contrário, participa, em algum grau, da anarquia que lhe é útil algumas vezes e em outras lhe é estranha. Isso se deve ao fato público, predominante na obra, que, em certa medida, a transição da hegemonia privada à emergência da organização pública explica. O que não equivale a dizer que a organização privada da vida tenha desaparecido em meados dos anos 80 do século XIX; ao contrário, se renovou e se fundiu a elementos de ordem pública.

Por essa razão, é possível averiguar certa “falta de coesão em nossa vida social” (Holanda, 2014) causada por essa reconfiguração do modo de conceber a organização da vida social em nosso meio. Apreciando as obras, *Dom Casmurro* e *Esaú e Jacó*, é possível pensar que os “mundos” que elas formalizam aparecem de maneira muito distinta; essa diferença está de forma muito evidente na opção narrativa, mas não só; está, também, no modo como os personagens se movimentam no interior desses mundos. Ou seja, cada obra aparece no imaginário de maneira muito diversa, em que *Dom Casmurro* forma um todo mais coeso do que *Esaú e Jacó*. John Gledson identificou uma disposição bastante peculiar em *Esaú e Jacó*, a de que há a impressão ao final da leitura de que nada aconteceu. Nossa interpretação, para isso, foi pensar que essa tendência advém do *baralhamento* entre público e privado, em que a tranquilidade do privado está muito bem marcada em *Dom Casmurro*, em seus personagens e no narrador; ao contrário, em *Esaú e Jacó*, isso é algo estranho, trata-se de questões com que os personagens e o narrador aprendem a lidar no decorrer do enredo. Lembremos o diálogo entre Batista e D. Cláudia, em que ela o convence de que sempre fora um *liberalão*, sendo ele membro da ordem conservadora. Nesse diálogo há questões de ordem política, razões econômicas, mas, sobretudo, há o *baralhamento* entre público e privado, que Cláudia possivelmente entendera Batista não.

Angela Alonso demonstra, em certa medida, como a virada dos anos 1870 para 1880 alterou de forma significativa o modo político, econômico e, especialmente, o modo social da vida brasileira, o que foi causado, sobretudo, pela incompatibilidade entre escravidão e monarquia.

De um lado, vias de ação política inéditas se abriram: a alteração de padrão da imprensa e a reforma do sistema de ensino ampliaram canais de expressão política para grupos sem acesso a partidos. Configurou-se assim uma espécie de microespaço público paralelo à vida parlamentar. De outro, a nova estrutura de oportunidades políticas forneceu um novo espectro de *temas* para a agenda pública. (Alonso, 2002, p. 95. Grifo da autora).

*Esaú e Jacó* está permeado de temas e assuntos da história; temas que vão da trivialidade, como no caso do *gatuno*, exposto no capítulo XXXIX, a situações como o do Encilhamento, exposto no capítulo LXXIII, “Um Eldorado”. Sem mencionar um dos mais importantes e enigmáticos: o caso da consulta à Cabocla do Castelo, que mistura misticismo e luta de classes, tratados por Roberto Schwarz em *Dança de parâmetros*. Encontramos, então, na história algumas explicações para o senso de vazio contido no romance. Alonso ainda acrescenta sobre a década de 1880:

Ao justificar os princípios da ordem social “natural”, a elite imperial acabou por descortinar dilemas e suscetibilidades mais viscerais: as dificuldades do sistema político em lidar com a mudança de padrão da sociedade, a indissolubilidade do vínculo entre a escravidão e monarquia. Esta clarificação transformou os fundamentos tacitamente aceitos da ordem sociopolítica imperial em temas de debate público nos anos 1880, transpassando o círculo parlamentar. (Alonso, 2002, p. 95).

Na perspectiva de *Esaú e Jacó*, este pequeno trecho se encaixa como uma boa régua de medida, pois salienta o fato de a década de 1880 (período fundamental do romance) ter descortinado inúmeros temas antes possivelmente circunscritos a âmbitos muito restritos. Isso não significa que os temas políticos se tornaram a ordem do dia entre todos; a própria narrativa dá conta de desfazer essa ideia, uma vez que há uma onisciência relativa em questão, ou seja, uma negociação dúbia que inclui o conselheiro Aires. Contudo, o debate público das questões históricas é inegável. Machado de Assis conseguiu trazer para a cena romanesca não só personagens muito significativos, do ponto de vista simbólico, mas, sobretudo, um pulsar da história impressionante. Não à toa, o romance inicia com a discussão sobre o Ventre Livre, o que de alguma forma atravessa todo o romance. A ideia de *coisas futuras* diz respeito a essa questão e como ela deve ser abordada; na sequência, o maio de 1888 é tratado de forma dúbia, sob a tutela do pensamento de Pedro e Paulo, exposto pelo narrador no capítulo XXXVII, “Desacordo no acordo”, em que Pedro o denomina como “um ato de justiça”, e Paulo, “o início da revolução”. Embora eles concordem com a Abolição, a conotação política dada é diferente, e o que realmente importa é a exposição desse pensamento controverso em tempos de instabilidade social.

Por outro lado, *Dom Casmurro*, com enredo mais fechado e circunscrito a um narrador maledicente, possui, na sua dimensão pública, algo de muito perverso. De um modo geral, a história armada, que busca justificar as razões do perecimento de Capitu, detém um poder privado narrativo, que só é possível pelo ambiente doméstico, para ser apreciado publicamente. Dizendo de outra forma, há questões da ordem privada que usufruem, como, por exemplo, um adultério e todas suas variantes, de certo “conforto” para serem discutidas e pensadas; ao passarem para a dimensão pública, elas são remodeladas. Assim, há duas vias de entendimento, de consequências. Essas vias estão razoavelmente fechadas em *Dom Casmurro*, já que só possuímos a versão do narrador, que é, supostamente, o traído, ou o prejudicado pelo adultério.

Em *Esaú e Jacó*, essas vias estão mais expostas. Dessa forma há uma ruptura e também uma continuidade. A continuidade diz respeito ao fato de as questões privadas não desaparecerem, ao contrário, estão por toda a parte no romance. A ruptura diz respeito ao modo de lidar com essas questões. Por isso a cena inicial é exemplar. A consulta com a Cabocla põe a descoberto certa ordem que até então era intocada, já que membros da elite, de certo extrato patriarcal, consultam alguém que detém certo poder que advém, sobretudo, de aspirações públicas, do conhecimento da vida pública e de suas conexões. Pensando de maneira muito ampla, equivale a dizer que não é mais possível, desde o ambiente privado, saber se os meninos serão grandes ou não. É preciso romper a parede e ir ao encontro de outras opiniões; é o que acontece na cena do morro do castelo.

A nossa discussão sobre história teve como premissa não só alguns fatos cronológicos que foram importantes na medida em que serviram como pontos de referência, mas, sobretudo, tentamos ver que tecido histórico está montado nos dois romances. Assim foi possível demarcar certo contexto, que vai da década de 1850 ao início dos anos 1890. Ao demarcar esse contexto nos deparamos com a problemática exposta em *Esau e Jacó*, que diz respeito a uma saturação de referências históricas; referências ligadas a figuras reais, ou frases ditas por estas, e, conseqüentemente, a datas desse período. Novamente, em *Dom Casmurro*, essa constante não é encontrada; dificuldade, basicamente imposta, a nosso ver, pela opção narrativa e da matéria narrada.

Dessa maneira, o pressuposto geral que nos orientou foi o de que, mesmo do ponto de vista anacrônico, de quem vê a história agora, a história e a matéria narrada nos romances não são fatos consumados, ou seja, não estão dados. Esse pressuposto geral exigiu que lêssemos as obras de maneira a ver o que elas estavam dizendo e, não necessariamente, o que elas queriam dizer. Tentamos demonstrar isso na discussão sobre *símbolo* e *alegoria*, que, afinal, traduz mais claramente a diferença de cada perspectiva; tentamos expor esse pressuposto na discussão sobre tipicidade, em que os *tipos* ali sugeridos não são apreciáveis como média e sim como tendências históricas; balizamos, assim, também, nossa parca discussão sobre privado e público, assumindo que há predominância do privado em *Dom Casmurro* e do público em *Esau e Jacó*, mas, tentando demonstrar que ambos estão, como não poderia deixar de ser, presentes nas duas obras, formando assim uma espécie de confusão constante no modo de ser da história brasileira. Portanto, pensamos, desde o começo, que a realidade não é algo dado, pacífico e estático, e sim um conjunto dinâmico de relações entre personagens vívidos, em sua grande maioria. Entendendo, todavia, que as duas obras em questão não são meros reflexos da história brasileira, são antes a história *in nuce* e em movimento. Por isso, podemos dizer que tomamos, em boa medida, a ideia lukacsiana de história: “uma intrincada trama de interações” (Lukács, 2010 p. 62).

Foi por essa razão que pudemos sugerir certa tendência a uma *decadência ideológica* de nossa história, bem como da elite nacional, embora não tenhamos usado esse termo em nenhum momento, e tampouco ele cai de paraquedas em nossa argumentação nessas páginas derradeiras, já que esteve, desde sempre, em nosso horizonte, como pressuposto. Por isso, o que se vê, em termos históricos, nos dois romances analisados é uma disposição da formação brasileira arraigada em termos conservadores. Isso não é, senão, a disposição do narrador em *Dom Casmurro*, como também o é em *Esau e Jacó*. É obviamente que essa também é uma discussão lukacsiana.<sup>[1]</sup> Lukács argumenta no sentido de que há “uma fuga para a pseudo-história ideologicamente ajustada, superficialmente concebida, subjetivística e misticamente distorcida, constitui a tendência geral da decadência ideológica” (Lukács, 2010, p. 102). Tal perspectiva se ajusta sobremaneira à interpretação de *Dom Casmurro* e *Esau e Jacó*, mas não em um sentido de negação à matéria narrada, e sim no sentido de afirmação. Não se trata de um julgamento da veracidade ou verossimilhança das obras, e sim das tendências que estas dão a ver.

Desse modo, é importante ressaltar que Machado de Assis, ao escrever *Dom Casmurro* e *Esau e Jacó*, antecipa de maneira clara a constituição do modo de ser e agir do sujeito burguês nacional. Essa constatação é razoavelmente consensual na obra machadiana. O que cabe sublinhar é o modo como esse sujeito se constitui, ou melhor, o modo como seu pensamento se estrutura: de um lado a figura de José Dias, apegado ao modo de ser patriarcal; do outro o conselheiro Aires, tendo essa mesma origem, mas um tanto desapegado dela, a não ser em momentos em que essa perspectiva lhe é útil. Mas uma ressalva precisa ser feita: não pertencem, necessariamente, os dois personagens à elite, contudo, eles encontram nela sua melhor expressão; o zênite de sua depuração. As conseqüências disso para a história são desastrosas, já que, de um lado, tem-se um agregado cúmplice das malícias do narrador e, do outro, um defensor das aparências, de uma vida vazia e perversamente real. É possível lembrar que o conselheiro encaminha Flora para a morte, já que desfere nela um golpe catalisador de seu fim: lembremo-nos de sua aprovação ao aceite de Batista para presidir uma província, o que tira Flora do jogo e a deixa doente.

Nesse sentido, há, nos dois romances, exemplarmente figurados, a constituição de um pensamento sobre democracia que revela contradições, já que, diferentemente de outras expressões burguesas noutras nações, a brasileira não nasce sob a luta contra seu principal oponente, o proletariado; ao contrário, floresce livre dos desígnios da luta entre classes, o que demonstra um sentido de formação problemático. Dessa forma, ao pensar essa perspectiva, tendo em vista as lutas de 1848 na

França, Lukács diz que “a dubiedade e a covardia da democracia burguesa na defesa dos grandes interesses históricos do povo são ocasionadas de fato pela traição cometida contra o povo” (Lukács, 2010, p. 108). Não há, pelo menos de forma evidente, nos romances essa luta. Por isso não há lastro na constituição da nossa democracia, o que se mantém como marca indelével de nossa formação. O que está muito bem anunciado, especialmente em *Esau e Jacó*. O caso mais exemplar dessa problemática pode ser visto no “Caso do burro”, momento em que o Conselheiro analisa, a distância, uma cena inusitada de uma carroça interrompendo a rua e o dono batendo no burro que puxa a carroça, que está empacado. A figuração desse antagonismo de classe, que deveria ser a tônica da formação, nas obras aparece de forma lateralizada, a dar a ver o absurdo da constituição de uma democracia sem representação. O caso de Batista, sendo um conservador e um “liberalão” ao mesmo tempo, os gêmeos juntos na câmara, como deputados, são tendências de uma formação nacional que despreza a categoria povo, como não poderia deixar de ser. Ao expor essa situação, Machado de Assis antecipa a fratura, e a farsa, da constituição da cultura política brasileira.

Neste ponto é possível elencar a terceira discussão feita neste trabalho, a questão da *tipicidade*. Essa categoria funcionou razoavelmente bem para a leitura machadiana, especialmente os dois romances em questão. Contudo, a direção seguida na argumentação causa algum estranhamento na medida em que vê em José Dias um personagem capaz de evidenciar tendências históricas. John Gledson (1986) já evidenciará essa disposição em José Dias, assim como Roberto Schwarz (1997), em tê-lo não só como um simples agregado, como quer o narrador, mas um personagem capaz de representar com vivacidade a sociedade como um todo. No entanto, pouco casual e, em certo sentido, pouco óbvio, foi compará-lo ao conselheiro Aires. Sua comparação, certa ou não, foi possível por duas razões. A primeira diz respeito à discussão “público/privado”, a segunda pela leitura lukacsiana, em que, nessa temática, o *tipo* é sempre intermediário e evidencia certa tendência histórica.

Por essa razão, a leitura de Machado de Assis sob a “lupa” lukacsiana se mostra profícua, não no sentido de enquadramento de Machado em certo arcabouço conceitual, mas no sentido de que, para Lukács, a literatura e a obra de arte de um modo geral “representam momentos decisivos da ‘evolução’ histórica, que são as tragédias e as comédias, e elas são fatos da vida, não são inventadas pelo escritor” (Lukács, 2010 p. 13). Por isso, sob essa perspectiva, a romanesca machadiana não se enquadra numa seleta de conceitos e categorias; embora possa acontecer isso, o mais importante é a assimilação da ideia geral de que tais *momentos decisivos* foram interpelados por Machado e não criados por ele, sendo estes fatos de nossa história, figurados pela criação literária.

Ainda mais, nessa perspectiva, outra ideia geral que faz Lukács, como crítico, e Machado de Assis, como escritor, estarem muito próximos e bastante alinhados é o realismo. Essa ideia é o horizonte lukacsiano, o ponto máximo de sua perseguição teórica. Para Machado de Assis, essa também parece ser a preocupação maior. Para Lukács, o realismo também quer dizer “a união real e representada do individual como típico, a elaboração concreta do ‘como’ da ação, do pensamento e do sentimento de cada personagem” (Lukács, 1930, p. 93). Isso parece muito adequado ao pensamento machadiano, especialmente aos dois romances estudados. O que vemos, lendo Machado de Assis, é uma gama quase infinita de personagens, suas vicissitudes, suas incongruências, suas idiossincrasias, tentando adaptarem-se num terreno igualmente em formação, em elaboração e, por sua vez, tentando imprimir neste suas características. Por isso, nossa linha de argumentação na questão da *tipicidade* seguiu essa direção: ao ver não essas características nos personagens das obras, o que nos pareceu mais razoável foram os personagens Dias e Aires. Nessa mesma discussão, Lukács lembra Engels, que diz, ao analisar Lassalle: “a meu ver, entretanto, uma pessoa não se caracteriza apenas pelo que faz, mas também por *como* faz” (Lukács, 1930, p. 93). Isso nos faz lembrar, inevitavelmente, das ações de nossos dois personagens em questão.

A essa altura, vale rememorar o que pensa o Machado de Assis crítico. Ao ler *O Primo Basílio*, de Eça de Queirós, ele diz:

O lenço de Desdêmona tem larga parte na sua morte; mas a alma ciosa e ardente de Otelo, a perfídia de Iago e a inocência de Desdêmona, eis os elementos principais da ação. O drama existe, porque está nos caracteres, nas paixões, na situação moral dos personagens: o acessório não domina o absoluto; é como a rima de Boileau: *ela só tem que obedecer...* Ora, a substituição do principal pelo

acessório, a ação transplantada dos caracteres e dos sentimentos para o incidente, para o fortuito, eis o que me pareceu incongruente e contrário às leis da arte. (Assis, 1994, p. 215. Grifo do autor).

Os pormenores da avaliação machadiana ao romance de Eça não são nossa matéria. Nosso interesse é sacar a ideia sobre literatura que Machado de Assis possui, o que está em acordo com o pensamento lukacsiano. Não é absurdo, nem demasiado, salientar que um dos principais textos de Lukács da década de 1930, *Narrar ou descrever*, pode ser entendido por essa chave de leitura machadiana. Diz Lukács nesse ensaio que “o drama é ação” referindo-se justamente ao problema entre narrar e descrever. Acrescenta ainda que “o que é significativo em um homem não é aquilo que ele faz num momento de crise aguda e apaixonada, mas seus hábitos cotidianos, os quais não denotam somente uma crise, mas um estado” (Lukács, 2010, p. 164). Dessa forma, é possível também ver com certa clareza as movimentações, os enlaces e as tramas nos dois romances analisados. Machado de Assis, nesses romances, não mostra somente os desfechos, aliás, em *Esau e Jacó* isso quase não é importante, evidenciando como agem os personagens ante dilemas reais. Por essa via é perfeitamente compreensível a comparação entre José Dias e Aires. Eles são personagens cujas ações alteram sempre os desfechos a que estão submetidos. Poderíamos acrescentar à leitura de Dias e Aires o fato de eles não “denotarem somente uma crise, mas um estado”, ou seja, uma tendência, questão que perseguimos com força.

Assim, de modo muito amplo, o que está na pauta é a questão do realismo. Desse modo, Lukács pensa que:

O realismo de fato grandioso, que obtém sua energia do conhecimento profundo das transformações histórico-universais da sociedade, só pode acontecer quando realmente abrange todas as camadas sociais, quando rompe com a concepção ‘oficial’ de história e sociedade, e capta em sua representação viva estratos e correntes sociais que realizam a transformação efetiva da sociedade, a real criação de novos tipos humanos. (Lukács, 2010, p. 94).

Aqui reside uma boa interpretação, como chave, de *Dom Casmurro* e *Esau e Jacó*, que na sua grandeza expõe fragilidades e antagonismos de nossa história de tal maneira que não é possível negar que haja certa luta de classes (como fica claro nos romances), mas que essa luta não acontece abertamente, não esteve na ordem do dia nos enredos. Por isso, talvez seja essa a grande *tendência* da *tipicidade* do conselheiro Aires e José Dias: dar a ver um ponto de vista de classe que escamoteia o antagonismo existente entre as classes sociais.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro**. Estabelecimento de texto de Manoel M. Santiago-Almeida; introdução Luís Augusto Fischer. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2016.

ASSIS, Machado de. **Esau e Jacó**. Introdução e notas Hélio Guimarães. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2012.

ASSIS, Machado de. **Obra completa de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. III.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LUKÁCS, György. **Marx e Engels como historiadores da literatura**. Tradução Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUKÁCS, György. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura**. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1986.

GLEDSON, John. **Machado de Assis - impostura e realismo: uma interpretação de Dom Casmurro**. Tradução Fernando Py – São Paulo: Companhia das Letras; 1991.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades; Ed 34; 2000.

SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras; 1999.

SCHWARZ, Roberto. **Duas meninas**. São Paulo: Companhia das Letras; 1997.